



LEON EUGÊNIO MONTEIRO RABELO

INTERFACES DE PARTICIPAÇÃO: TECNOLOGIAS E PRÁTICAS DE ACESSO POLÍTICO

Artigo apresentado ao **Grupo de Trabalho de Internet e Política** no V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013.

ISSN 2236-6490

MAIO 2013

Interfaces de Participação: tecnologias e práticas de acesso político

Leon Eugênio Monteiro Rabelo
leon.rabelo@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas
Universidade Federal da Bahia

Interfaces de Participação: tecnologias e práticas de acesso político¹

Leon Eugênio Monteiro Rabelo²

RESUMO

O presente ensaio é uma proposição de problema. Discorre sobre as transformações que estão ocorrendo nas relações de interface entre as instituições do sistema político oficial e a sociedade civil, tendo as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) como eixo empírico. A partir de indícios já hoje encontrados, a hipótese é que nos próximos anos haverá um aumento – certamente complexo e contraditório - desses fenômenos, cujas lógicas irão convergir em dinâmicas comunicacionais tensas e complexas. O horizonte do presente projeto é que no bojo dessas problemáticas se averigüe as possibilidades, mas também os desafios, do aumento e melhora da participação civil na vida política das democracias contemporâneas.

*“We must be free not because we claim freedom, but because we practice it.”
William Faulkner*

O presente texto é uma proposição de problema, possivelmente a ser desenvolvido como projeto de investigação num futuro próximo.³ Como seus contornos ainda estão em fase de delineamento, espera-se aqui expor os seus postulados principais e assim submetê-los ao debate. Que se possa daí extrair deles algumas perspectivas concretas de análise ou, se for o caso, que eles sejam abandonados.

Sabe-se, pois, que dentre as perspectivas de investigação sobre a internet têm surgido estudos que abordam as suas propriedades como plataforma de organização e mobilização política, inscrevendo essas problemáticas no amplo horizonte das dinâmicas do espaço público e o da participação política em geral. Nas sociedades contemporâneas, a importância do engajamento cívico, seja *online* ou não, seria a de poder “suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política.”(GOMES,2011, p. 27) .

Em termos concretos, isso envolve uma ampla gama de questões, dentro as quais estão:

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. e-mail:leon.rabelo@gmail.com

² Trabalho apresentado no GT4 – Internet e Política, do V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, realizado de 8 a 10 de maio de 2013, em Curitiba - PR

³ Projeto de Doutorado na Pós-Com UFBA.

a garantia e/ou o aumento das liberdades de expressão, de opinião e de participação, **a garantia e/ou o aumento dos meios e oportunidades de *accountability* ou de transparência pública dos governos via a internet**, a garantia e/ou aumento das experiências de democracia direta, numa base *online*, **mais instrumentos e oportunidades de participação do cidadão nas esferas de decisão sobre políticas públicas e administrativas dos governos**, incremento do pluralismo, da representação das minorias e da consolidação dos direitos de indivíduos e dos grupos socialmente vulneráveis. (grifos adicionados) (GOMES,2011, p. 28)

Não seria exagero afirmar que em seu conjunto, tais requisitos e possibilidades – cujos desdobramentos dentro do jogo social serão complexos e mesmo incertos – representem o mais importante dos desafios para a cultura democrática de hoje. E um dos assuntos que podem ser levantados, dentro desse escopo, são as possíveis relações que se estabelecem entre os diversos posicionamentos ou disposições institucionais do sistema político oficial, de um lado, e as muitas e heterogêneas práticas de mobilização da sociedade civil, de outro. Uma posição de partida diante dessa problemática, aqui presumida, é que essas relações entre esferas de governo e sociedade não podem ser tomadas como ‘protocolares’, previamente garantidas e coordenadas, transcorrendo antes de forma tensa e às vezes contraditória.

Isso se mostra em vários fenômenos, hoje identificáveis. Em termos concretos, serão aqui apontadas três distintas filosofias de interface entre sistema político oficial e a sociedade civil, que serão chamadas respectivamente de ‘Canais Participativos’, ‘Cultura Hacker’ e ‘Dados Abertos’. A aposta que se faz é que dessas três ordens de fenômenos, mesmo que não pertençam a uma mesma problemática de origem, nem de início obedeçam a um mesmo denominador analítico, surgirão no futuro próximo uma dinâmica de convergência ou, ao menos, que elas viverão uma vizinhança tensa. Adianta-se que é nesse entrecruzamento que se tentará configurar um conjunto de problemáticas compartilhadas e possíveis sínteses.

Canais Participativos

Por parte das instituições políticas oficiais, uma dos formatos mais comuns de abertura em relação à sociedade civil, usando-se as TICs, é a disponibilização de diferentes *protocolos de interação*, tais como portais na web – hoje usados por parlamentos, poderes executivos e demais instituições de poder – cujas funcionalidades e design devem ser apropriados para a interlocução com seus públicos. (MARQUES,

2011, p. 95) A expectativa é que seus elementos constitutivos estejam de acordo com diversos parâmetros democratizantes, tais como acessibilidade, transparência e interatividade, (PEREIRA DA SILVA, 2011, p. 123) e que aconteçam através deles, de fato, uma maior participação da sociedade civil em variados aspectos de gestão do poder político. Ou, ao menos, nas partes visíveis e publicáveis destes.

Ainda, espera-se que as funcionalidades desses protocolos interativos possam ser avaliadas segundo diferentes configurações de relevância quanto à qualidade da interação que eles podem oferecer. Vai-se assim desde funções mais elementares de esclarecimento, divulgação e prestação de contas ‘sintéticas’ – que pouco se diferenciam da propaganda institucional – até níveis mais relevantes de interlocução com a sociedade, onde esta última possa de fato ter voz ativa junto ao sistema político. Nesse sentido, pode se falar da existência de “requisitos democráticos” e “níveis qualitativos” (PEREIRA DA SILVA, 2011, p. 123) destas funções interativas, dentro do conjunto de interfaces possíveis entre instituições políticas e seus públicos.

Supõe-se que todas essas ‘dinâmicas de participação’ resultem no estabelecimento de “canais robustos de diálogo com os cidadãos” (PEREIRA DA SILVA, 2011, p. 123) e, portanto, que parte não irrelevante da deliberação política pudesse acontecer com uma cada vez maior e mais qualificada participação de seus públicos constituintes, o que aumentaria o coeficiente da participação democrática como um todo. Com o sucessivo aumento da informatização, tanto por parte das instituições quanto da sociedade civil, o horizonte final seria a de um gradativo aumento de interfaces democratizantes entre poderes e sociedade.

Ora, é possível se fazer aí alguns questionamentos, mais precisamente sobre as possíveis lógicas das interfaces e dinâmicas de interações entre sistema político oficial e sociedade civil. Em particular, sobre os assuntos ou processos que insistem em permanecer oculto para o olhar público (GOMES, 2004, p. 85) mesmo com a existência dos canais participativos. Como ficaria o universo das informações que não aparecem para o possível escrutínio público, seja por decisão política ou por que elas simplesmente inexistem, gerencialmente falando? A problemática em torno dessa questão leva a uma segunda frente de interfaces entre instituições e sociedade civil, a ser aqui apresentada; a das práticas que vêm surgindo em torno do conceito de ‘cultura hacker’.

Cultura Hacker

À medida que órgãos de governo e instâncias de poder vão digitalizando suas interfaces com os públicos, mas organizando-as segundo seus próprios desígnios, surge a perspectiva de que os públicos, por sua vez, vão se mobilizando em diversas tentativas de acessar informações, processá-las em conhecimento objetivo e transformá-las em bases para ação política. A plena realização dos ideais democráticos exige “uma pluralidade de relações entre forças políticas distintas dentro da própria sociedade civil” e, além disso, “uma pluralidade de formas de participação política.” (MAIA, 2008, p.347) Acrescente-se que essa pluralidade não deve apenas ser constatada quanto ao perfil dos atores ou as modalidades dos diferentes canais de participação. Ela também deve ser entendida como a diversidade *de intenções e estratégias*:

diversas evidências empíricas mostram que as associações com propósitos democráticos utilizam os recursos da internet para adquirir competência crítica e política, para mobilizar a ação e interagir com os agentes do centro do sistema político, responsáveis por tomar decisões e institucionalizar demandas. (MAIA, 2008, p.348)

Algumas vezes, deflagram-se conflitos abertos entre diferentes noções do que se pode ou não fazer, dentro do jogo democrático. Na história de relações entre instituições políticas e sociedade sempre houve um importante papel para os componentes de rebeldia e insubordinação, que deixam sua herança também no mundo das novas tecnologias, ainda mais por terem elas ainda seus usos relativamente pouco regulamentados. Quanto à resistência civil do cyberespaço, o ativista hacker Steven Wray, do coletivo de mobilização “Electronic Disturbance Theatre”⁴ afirma que

A medida que os hackers se tornarem mais politizados e os ativistas mais computadorizados, nós veremos um aumento no número de ciberativistas, que tomarão parte no que será chamado de Desobediência Civil Eletrônica (Electronic Civil Disobedience). Os mesmos princípios da desobediência civil tradicional, como a transgressão e o bloqueio, serão aplicados, mas cada vez mais esses atos terão formas eletrônicas ou digitais. O lugar primordial da Desobediência Civil Eletrônica será no ciberespaço.⁵

Ou seja, não está se falando aqui de relações políticas onde a internet seria uma ferramenta relativamente dócil, pela qual as instituições disponibilizam portas – melhor

⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/Electronic_Disturbance_Theater consultado em 04/10/2011

⁵ http://www.slais.ubc.ca/courses/libr500/05-06-wt1/www/A_McCauley/Cy_or_hack.htm consultado em 04/10/2011.

talvez dizer ‘janelas’ – de comunicação com seus públicos. Aqui está se falando de enfrentamentos, de fronteiras de tensão, onde as diversas formas de ativismo, de saída, não aceitam as regras do jogo, tais como estas são propostas pelas instituições e regulamentadas pelo sistema político oficial.

Há inúmeros exemplos recentes; tanto em países com circunstâncias políticas de exceção, onde movimentos emancipadores se insurgem contra totalitarismos, quanto há iniciativas também dentro das democracias, de discordância quanto aos seus ordenamentos, agenda e inclinações. Um dos caos mais emblemáticos, não apenas por seu alcance, mas também por seus problemas e limitações, é o do Wikileaks. (RABELO, 2012)

O Wikelaks, como foi amplamente noticiado desde seu surgimento em 2006, é “uma organização transnacional de mídia sem fins lucrativos”⁶, cujo objetivo é publicar “postagens (*posts*) de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis.”⁷ Informações, é claro, que tais governos e empresas desejariam que permanecessem ocultas dos públicos. Aqui, portanto, está se falando de um tipo bem específico de participação, que se dá mediante a intromissão e a transgressão; ambas em nome da ação política.

Como bem observa Sergio Amadeu da Silveira, o Wikileaks não foi o primeiro fenômeno de publicação online de documentos ou materiais sigilosos, nem foi o primeiro a usar ferramentas informatizadas para ocultar a identidade ou origem de suas fontes. (SILVEIRA, 2011) Mundo afora, há inúmeras postagens de vídeos e imagens na internet sobre assuntos sensíveis para instituições de poder e governos, especialmente sobre países ou governos totalitários, mas também sobre ações politicamente controversas das democracias. O Wikileaks, no entanto, foi um dos primeiros atores dentre essas novas práticas de publicação a conseguir credibilidade junto à opinião pública mundial, enquanto uma instituição ou ator definido, atraindo assim atenção para essas novas práticas de vazamento.

Mesmo assim, o Wikileaks está longe de ser uma unanimidade. Até entre aqueles que reconhecem a relevância de suas ações e os aspectos positivos de suas consequências, há todo um arsenal de críticas em relação à organização. Alguns

⁶ Cf. www.wikileaks.org, consultado em 28/09/11

⁷ Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikileaks>, consultado em 28/09/11

chamam de francamente ilusórias todas suas promessas e realizações (ROBERTS, 2012) e importantes governos, principalmente de países democráticos, caracterizam as ações do Wikileaks como simplesmente *ilegais*.⁸ Diante dessas polêmicas, a intenção do presente texto não é a de se marcar posição a favor ou contrária ao Wikileaks, afirmando-se antes a importância de se ver esse fenômeno justamente em seus aspectos de controvérsia. Há uma disputa política, ainda em curso, sobre o real significado das ações e intenções desse tipo de ingerência nos processos internos das instituições. O Wikileaks foi, *ao mesmo tempo*, saudado por alguns com uma novidade positiva para a democracia, ganhando, por exemplo, prêmios de jornalismo,⁹ enquanto congressistas estadunidenses queriam colocar a organização no mesmo patamar que a *al-Qaeda*¹⁰.

Em última instância, um fenômeno como o Wikileaks expressa uma disputa sobre o que deve ser revelado ou não, entre instituições e a sociedade civil; um debate sobre como deveriam ser as normas de sua interação informacional, expressando também, num segundo plano, uma concepção sobre os parâmetros gerais das interfaces de relação possíveis entre os dois campos. E mesmo se as posições do Wikileaks não forem integralmente aceitas – sob o razoável argumento de que sempre algum sigilo, desde que relativo, será inerente a qualquer gestão institucional ou corporativa – elas merecem ao menos serem debatidas. Fenômenos tais como o Wikileaks, bem como outras iniciativas hackers, demonstram que há necessidade de mais esclarecimento sobre exatamente onde devem passar as linhas divisórias entre a gestão institucional e o acesso do público aos seus processos internos. Mostram também que esse debate pode se dar em termos bastante conflitivos.

De qualquer modo, e seguindo pela discussão da abertura informacional e interacional cada vez maior entre instituições e sociedade, vê-se hoje o surgimento de outras culturas participativas que podem ser consideradas como aparentadas aos fenômenos até aqui apontados. Seja pela pressão da sociedade ou por iniciativas próprias, há hoje iniciativas institucionais que preconizam a abertura *integral* de suas informações de relevância pública. São as perspectivas de *accountability*, ou

⁸ CLINTON, H: “Wikileaks tear at the fabric of Government” <http://migre.me/b55bL> consultado 20/03/2012

⁹ Premio Internacional Libertad de Prensa <http://migre.me/b54T5> consultado 20/03/2012

¹⁰ <http://www.independent.co.uk/news/world/politics/wikileaks-hit-by-new-online-onslaught-2151570.html>

‘responsabilização pública’, a partir do conceito *open government*, ou ‘dados de governo abertos’.

Dados Abertos

A ideia de ‘dados abertos’ não é em si complexa: a de que a contabilização informacional de um órgão público deve ser disponibilizada e acessível em sua integralidade. Observe-se que a rigor isso não é algo novo, na modernidade democrática: os processos das instâncias de poder são usualmente auditados por outras instituições, dentro de diferentes mecanismos de ‘freios e contrapesos’, tais como os tribunais de contas ou parlamentos. Além disso, há a ação crítica de diversas práticas sociais de vigilância, tais como o jornalismo. Hoje, porém – ao menos em tese – abrem-se novas possibilidades de acesso, providas das tecnologias em rede, que tiraria das instituições a *prerrogativa da síntese*, ou ao menos sua exclusividade. A esse respeito, Sergio Amadeu da Silveira pontua que se os dados brutos, das instituições de governo forem

disponibilizados e acessados de qualquer computador, [isso permite] **que os interessados descubram coisas que até o governo não sabia**. Os tribunais de contas, por exemplo, deveriam abrir todos os dados para garantir o melhor uso dos recursos públicos. (grifos adicionados) (SILVEIRA, 2010, p. 123)

Uma consequência esperada para esse tipo de intromissão na coisa pública não pode ser outra que o aumento de poder, mesmo que indireto, que a sociedade civil teria sobre diferentes instâncias de governo e instituições políticas oficiais.

O conceito de dados governamentais abertos, portanto, se relaciona com o entendimento de que a maneira como os governos disponibilizam suas informações deve permitir que a inteligência coletiva crie **melhores formas de trabalhá-las do que os próprios governos poderiam fazer**.(SILVEIRA, 2010, 124) (grifos adicionados)

Evidentemente, há que se fazer aí alguns acautelamentos. Primeiramente, está se falando de algo que ainda tem um baixíssimo nível de implementação, estando hoje mais no horizonte das possibilidades. ‘Dados abertos’, mais do que um conceito ou objetivo político, precisa se tornar algo tecnicamente realizável. A esse respeito, Sílvio Meira detalha que os conjuntos de dados disponibilizados necessitariam ser “completos, primários, atuais, acessíveis, processáveis, não discriminatórios, ter formatos abertos, livres de licenças.” (MEIRA, 2012) Ou seja, está se falando de uma transparência assentada sobre níveis de organização técnica e gerencial que levará ainda alguns anos

para ser atingida pelas diferentes instâncias da administração pública. Isso, obviamente, se os caminhos das decisões políticas conduzirem a tal.

Portanto, e em segundo lugar: é muito provável que haverá fortes resistências, declaradas ou não, do sistema político tradicional em relação a esse tipo de abertura. Está se falando de um possível futuro próximo que será, no mínimo, híbrido, cheio de convivências e pressões políticas contraditórias, distribuídas em inúmeras ações locais, regionais e nacionais, onde um dos desfechos poderá, simplesmente, ser o malogro das novas tendências. No Brasil, a lei de dados abertos entrou em vigência apenas em maio de 2012¹¹ e seus desdobramentos terão que ser detalhadamente estudados ainda por um bom tempo. Mas já há indícios claros de relevantes movimentações em torno da nova situação, tanto de instituições,¹² como da sociedade civil,¹³ além de surgirem em crescente número, também, trabalhos acadêmicos sobre esses desafios.¹⁴

Encaminhamento do problema

Fazendo então um breve resumo, e apontando alguns indícios empíricos concretos: há as três frentes de interação informacional, cada qual com sua diferente filosofia de interface.

De um lado, há os portais de participação política, nos diferentes órgãos de governo, cada qual com suas respectivas variações de design e funcionalidades,¹⁵ que supostamente continuarão a se desenvolver nos próximos anos, incorporando recursos tecnológicos e práticas sociais dentro do que hoje amplamente é chamado "*democracia digital*".¹⁶

Do lado oposto, há na sociedade civil muitos movimentos, mais ou menos independentes entre si, no mundo inteiro e espalhados pela internet, agregados em torno de propostas e projetos tecnicamente delineados, cada qual com suas diferentes estratégias de 'intromissão técnico-política' nos processos do poder institucional. No

¹¹ <http://dados.gov.br/noticia/primeira-lei-de-acesso-no-mundo-que-preve-dados-abertos/> consultado em 02/10/2012

¹² <https://dados.novohamburgo.rs.gov.br/> consultado em 03/09/2012

¹³ <http://www.slideshare.net/nitaibezerra/oficina-tnica-da-inda> e <https://groups.google.com/forum/?fromgroups#!forum/lista-inda-gt3> consultados em 03/09/2012

¹⁴ <http://dados.gov.br/noticia/mapeamento-de-tecnologias-informacionais-sobre-dados-abertos-em-saude-publica-destino-de-repasses-financeiros-federais/> consultado em 03/09/2012

¹⁵ Exemplos: <http://www2.planalto.gov.br/>, <http://edemocracia.camara.gov.br/> consultados 02/10/2012

¹⁶ Exemplos: <http://edemocracia.camara.gov.br/> consultados 02/10/2012

Brasil, por exemplo, há o “Transparência Hacker”¹⁷, que tem vários projetos específicos, dentro os quais “Portal de Transparência Alternativo”¹⁸, “Open Data Brasil”¹⁹. Cada projeto, com suas diferentes orientações de como pretende abarcar e processar diferentes lados das informações governamentais disponíveis.

E há por último e como fator mais novo, há a referida Lei dos Dados Abertos, que já apresenta alguns primeiros resultados concretos, em diferentes instâncias locais,²⁰ regionais²¹ e nacionais.(VIEIRA, 2012)

A questão problema, aqui apresentada, é que as duas primeiras esferas de ação – a dos canais participativos e a cultura hacker – mesmo sendo fenômenos bastante diferentes quanto a sua origem e modos de funcionamento, *apontam para ordens de ação social correlatas*, cuja finalidade em última instância é bastante parecida. Afinal, as duas querem aumentar o acesso dos públicos à ‘*res publica*’ para o melhor esclarecimento da cidadania e a ampliação da interlocução política entre poderes constituídos e seus públicos. Mas por pertencerem a agendas diferentes, elas terão suas rotas em cursos ora convergentes, ora divergentes. A aposta que se faz é que entre os dois movimentos, nos próximos anos, surgirão hiatos e desencontros. As boas intenções das instituições, vertidas em protocolos de participação, irão se defrontar com as ações civis que já operam, ativa e autonomamente, em prol da abertura.

E finalmente essas disputas irão se potencializar e tornar ainda mais interessantes por causa das iniciativas tais como as dos dados abertos. São os movimentos de inspiração hacker são os que detém parte importante de *know how* de como processar e transformar importantes acervos de dados em informação acessível aos grandes públicos. É certo que eles não serão os únicos e que haverá também iniciativas de análise desses dados também por parte de corporações, institutos de pesquisa, a academia e outros. Mas muito da experiência *hacker* poderá ou terá que ser acessada, fazendo do dados abertos, portanto, um campo indefinido, um espaço de ‘entremeio’, onde ocorrerão cruzamentos metodológicos, negociações, atravessamentos e choques discursivos interessantes de serem analisados.

¹⁷ <http://thacker.com.br/projects>

¹⁸ <http://thacker.com.br/projeto/portal-de-transpar%C3%Aancia-alternativo-remunera%C3%A7%C3%A3o-dos-servidores>

¹⁹ <http://thacker.com.br/projeto/odbrasil-python-api>

²⁰ <http://dados.novohamburgo.rs.gov.br/> consultados 02/10/2012

²¹ **Dados abertos:** Obras do PAC no Estado de Alagoas, em CSV referentes ao 4º balanço - 04/2012, disponível em <http://migre.me/b53oN> consultado em 04/10/2012

Os dados abertos poderão se tornar, portanto, uma *interface* comunicacional, no sentido dela “não ser uma *face plana*” (GOMES, 2004, p.43), mas uma zona de atritos:

É importante ultrapassar a ideia de que os objetos de estudo de interface correspondem a um território de *plena cooperação* entre atividades no espaço social. (...) O encontro, na sociedade, de áreas de atuação díspares (na origem, nos objetivos, nos processos), tende a gerar desacertos práticos, incertezas e processualidade tentativas com algo grau de risco de equívocos. É preciso, portanto, perceber que as zonas de interface são quase que por definição problemáticas.(BRAGA, 2004, 230)

Faz-se aqui da aposta de que essa problemática irá acontecer nas fronteiras, ou “bordas de circulação”(FAUSTO NETO, 2012), entre instituições de poder e a sociedade civil, no futuro próximo. Quais serão suas dinâmicas específicas? Quais serão seus impedimentos e entraves? Terão as partes envolvidas, especialmente as da sociedade civil, ações de caráter mais reativo às ações institucionais ou terão elas agendas mais propositivas e atuantes? Quanto às instituições, quais delas irão de fato ao encontro do desafio da abertura? E se essas tendências não se realizarem de fato, ou se elas forem abafadas ou logo perderem o fôlego, também isso será interessante de se observar e procurar as causas.

Estas dinâmicas poderão ser analisadas em seus aspectos comunicacionais se vistas enquanto engendradoras de dinâmicas de circulação divergentes, expressando indefinições e debates acerca do que é permitido ou não, dentro do jogo democrático. Ou seja, enquanto objetos do conhecimento comunicacional, elas poderão revelar, em última instância, disputas de sentido sobre a democracia em si mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEU DA SILVEIRA, S: **O Fenômeno Wikileaks e as Redes de Poder**, in **Contemporânea – Revista de Comunicação e Política**, Vol. 9, N. 2, 2011. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/> consultado em 10/01/2012

BRAGA, J.L **O estudo de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação**, in **Contracampo: Revista do PPG em Comunicação**, Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2004 Semestral.

FAUSTO NETO, A: **As Bordas da Circulação....**, disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Neto.pdf consultado em 4/11/2012

GOMES, W: **Transformações da política na era da comunicação de massa**, São Paulo, 2004, Ed. Paulus

MAIA, GOMES & MARQUES (orgs.): **Internet e Participação Política no Brasil**, Porto Alegre, Ed. Sulina, 2011

MAIA, R: **Redes Cívicas e Internet: efeitos democráticos do associativismo**, in GOMES & MAIA: **Comunicação e Cidadania: problemas e perspectivas**, São Paulo, 2008, Ed. Paulus

MARQUES, F.A: **Participação, instituições políticas e internet: Um exame dos canais participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil**, in MAIA, GOMES & MARQUES (orgs.): **Internet e Participação Política no Brasil**, Porto Alegre, Ed. Sulina, 2011

PEREIRA DA SILVA, S: **Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado**, in MAIA, GOMES & MARQUES (orgs.): **Internet e Participação Política no Brasil**, Porto Alegre, Ed. Sulina, 2011

RABELO, L. **Internet, Esfera Pública e Comunicação: dois estudos de caso**. f.140 . Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

ROBERTS, A. **Wikileaks: the Ilusion of Transparency**. <http://migre.me/b54JG>, acessado 20/03/2012

SILVA, D. B: **Transparência na esfera pública interconectada e dados governamentais abertos**, in AMADEU DA SILVEIRA, S (org.): **Cidadania e Redes Digitais**, São Paulo, 2010, Ed. Maracá

VIEIRA, J.B: **Transparência Pública e Corrupção nos Municípios Brasileiros: o impacto do governo eletrônico**. Disponível em <http://migre.me/b52RX> consultado em 04/10/2012

WEBSITE E PÁGINAS DE INTERNET VISITADAS

<http://www.gazetadopovo.com.br/joaocidadao/conteudo.phtml?id=1009946&tit=Ainda-falta-engajamento-estudantil>

<http://terramagazine.terra.com.br/silviomeira/blog/2012/08/10/preciso-abrir-os-silos-de-dados/> consultado em 02/10/2012

<http://dados.gov.br/noticia/primeira-lei-de-acesso-no-mundo-que-preve-dados-abertos/> consultado em 02/10/2012

<https://dados.novohamburgo.rs.gov.br/> consultado em 03/09/2012

<http://www.slideshare.net/nitaibezerra/oficina-tecnica-da-inda> e

<https://groups.google.com/forum/?fromgroups#!forum/lista-inda-gt3> consultados em 03/09/2012

<http://dados.gov.br/noticia/mapeamento-de-tecnologias-informacionais-sobre-dados-abertos-em-saude-publica-destino-de-repasses-financeiros-federais/> consultado em 03/09/2012

<http://www2.planalto.gov.br/>, <http://edemocracia.camara.gov.br/> consultados 02/10/2012

<http://edemocracia.camara.gov.br/> consultados 02/10/2012

<http://dados.novohamburgo.rs.gov.br/> consultados 02/10/2012

Dados abertos: Obras do PAC no Estado de Alagoas, em CSV referentes ao 4º balanço - 04/2012, disponível em <http://migre.me/b53oN> consultado em 04/10/2012

<http://dados.gov.br/> consultado em 04/10/2012

<http://thacker.com.br/projects>

<http://thacker.com.br/projeto/portal-de-transpar%C3%A7%C3%A3o-dos-servidores>

<http://thacker.com.br/projeto/odbrasil-python-api>

Premio Internacional Libertad de Prensa <http://migre.me/b54T5> consultado 20/03/2012

Clinton, H: "Wikileaks tear at the fabric of Government" <http://migre.me/b55bL> consultado 20/03/2012

<http://www.opengov.se/appar/> consultado em 05/10/2012